

EDIÇÃO ESPECIAL

IMPrensa OFICIAL

Contexto histórico do desenvolvimento do Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo e suas projeções diante dos desafios da contemporaneidade

Claudio Araujo Stephanie Oliveira

Sede da Autarquia
em meados do Sec. XX





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR

RICARDO DE REZENDE FERRAÇO
VICE-GOVERNADOR



Secretários de Estado

MARIA EMANUELA ALVES PEDROSO
Governo
seg.es.gov.br

MARCELO CALMON DIAS
Gestão e Recursos Humanos
seger.es.gov.br

BENICIO SUZANA COSTA
Fazenda
sefaz.es.gov.br

ÁLVARO ROGÉRIO DUBOC FAJARDO
Economia e Planejamento
planejamento.es.gov.br

IURI CARLYLE DO AMARAL ALMEIDA MADRUGA
Procurador Geral do Estado
pge.es.gov.br

EDMAR MOREIRA CAMATA
Controle e Transparência
secont.es.gov.br

VITOR AMORIM DE ANGELO
Educação
sedu.es.gov.br

TYAGO RIBEIRO HOFFMAN
Saúde
saude.es.gov.br

LEONARDO GERALDO BAETA DAMASCENO
Segurança Pública e Defesa Social
sesp.es.gov.br

RAFAEL RODRIGO PACHECO SALAROLI
Justiça
sejus.es.gov.br

CYNTIA FIGUEIRA GRILLO
Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
setades.es.gov.br

NARA BORGIO CYPRIANO MACHADO
Direitos Humanos
sedh.es.gov.br

FELIPE RIGONI
Meio Ambiente e Recursos Hídricos
seama.es.gov.br

ENIO BERGOLI DA COSTA
Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca
seag.es.gov.br

MARCOS AURÉLIO SOARES DA SILVA
Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano
sedurb.es.gov.br

FABRÍCIO NORONHA FERNANDES
Cultura
secult.es.gov.br

ANTÔNIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL
Desenvolvimento
sedes.es.gov.br

BRUNO LAMAS SILVA
Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional
secti.es.gov.br

JOSÉ CARLOS NUNES DA SILVA
Esportes e Lazer
sesport.es.gov.br

VICTOR DA SILVA COELHO
Turismo
setur.es.gov.br

FLÁVIA REGINA DALLAPICOLA TEIXEIRA MIGNONI
Superintendente Estadual de Comunicação Social
secom.es.gov.br

FÁBIO NEY DAMASCENO
Mobilidade e Infraestrutura
semobi.es.gov.br

JACQUELINE MORAES DA SILVA AVELINA
Secretaria das Mulheres
mulheres.es.gov.br

JOSÉ MARIA DE ABREU JÚNIOR
Casa Civil
casacivil.es.gov.br

JOCARLY MARTINS DE AGUIAR JUNIOR
Casa Militar
casamilitar.es.gov.br

JOÃO GUERINO BALESTRASSI
Recuperação do Rio Doce

Assembleia Legislativa

MARCELO SANTOS
Presidente / (27) 3382-3590

Tribunal de Justiça

SAMUEL MEIRA BRASIL JÚNIOR
Presidente / (27) 3334-2006

Defensoria Pública

VINICIUS CHAVES DE ARAÚJO
Defensor Público-Geral / (27) 3198-3300

Tribunal de Contas

DOMINGOS TAUFNER
Presidente / (27) 3334-7600

Ministério Público Estadual

FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL
Procurador-Geral de Justiça / (27) 3194-4510

Autarquias, Órgãos e Empresas Públicas

ADERES / aderes.es.gov.br
Diretor-Geral: Alberto Farias Gavini Filho

AGERH / agerh.es.gov.br
Diretor-Geral: Fabio Ahnert

ARSP / arsp.es.gov.br
Diretor-Geral: Alexandre Careta Ventorim

APEES / ape.es.gov.br
Diretor-Geral: Cilmar Franceschetto

CBMES / cb.es.gov.br
Comandante-Geral Coronel BM: Alexandre dos Santos Cerqueira

DER-ES / der.es.gov.br
Diretor-Geral: José Eustáquio de Freitas

DETRAN/ES / detran.es.gov.br
Diretor-Geral: Givaldo Vieira da Silva

DIO/ES / dio.es.gov.br
Diretora-Geral: Sandra Shirley de Almeida

ESESP / esesp.es.gov.br
Diretora-Geral: Lais Alves Garcia

FAMES / fames.es.gov.br
Diretor-Geral: Fabiano Araújo Costa

FAPES / fapes.es.gov.br
Diretor-Geral: Rodrigo Varejão Andreão

IASES / iases.es.gov.br
Diretor-Geral: Fábio Modesto de Amorim Filho

IDAF / idaf.es.gov.br
Diretor-Geral: Leonardo Cunha Monteiro

IEMA / iema.es.gov.br
Diretor-Geral: Mario Stella Cassa Louzada

IJSN / ijsn.es.gov.br
Diretor-Geral: Pablo Silva Lira

INCAPER / incaper.es.gov.br
Diretor-Geral: Alessandro Broedel Torezani

IPAJM / ipajm.es.gov.br
Presidente Executivo:
José Elias do Nascimento Marçal

IPEM-ES / ipem.es.gov.br
Diretor-Geral: Sérgio Eduardo Correa Vidigal

PCES / pc.es.gov.br
Delegado-geral: José Darcy Santos Arruda

PMES / pm.es.gov.br
Comandante-Geral: Cel. Douglas Caus

JUNTA COMERCIAL / jucees.es.gov.br
Diretor-Geral: Paulo Alfonso Meneguelli

PRODEST / prodest.es.gov.br
Diretor-Geral: Marcelo Azeredo Cornélio

RTV/ES / rtv.es.gov.br
Diretor-Geral: Maria Goretti Scárdua Garcia

PROCON / procon.es.gov.br
Diretora-Geral: Leticia Coelho Nogueira

CHEFIA DE GABINETE DO GOVERNADOR /
Secretária: Valésia Perozini

INOVA CAPIXABA / inovacapixaba.es.gov.br
Diretor-presidente: Rafael Amorim Ricardo

BANDES / bandes.com.br
Diretor-presidente: Marcelo Barbosa Saintive

BANESTES / banestes.com.br
Diretor-presidente: José Amarildo Casagrande

CEASA / ceasa.es.gov.br
Diretor-presidente: Antonio Carlos Cesquim Diniz

CESAN / cesan.com.br
Diretor-presidente: Munir Abud

CETURB / ceturb.es.gov.br
Diretor-presidente: Marcelo Campos Antunes

PREVES / preves.es.gov.br
Diretora-presidente: Maria Leila Casagrande

PPES / pp.es.gov.br
Diretor-Geral: José Franco Morais Júnior

PCIES / pci.es.gov.br
Perito Oficial Geral: Carlos Alberto Dal Cin

FUNDAÇÃO CARMÉLIA / fundacaocarmelia.com.br
Diretor-Geral: Igor Pontini Mesquita

www.dio.es.gov.br

www.facebook.com/diariooficiais

@Diario_Oficial_ES

DIO/ES

@diariooficiais



Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo (DIO/ES)

SANDRA SHIRLEY DE ALMEIDA
Diretora-Geral

EDGARD RAMOS LIMA
Diretor Setorial

Desde 1890

Filiado à Abio - Associação Brasileira de Imprensa Oficiais

Os textos publicados são produzidos pela Rede de Comunicação do Governo do Espírito Santo.

Av. Nossa Sra. da Penha, 714, Ed. RS Trade Tower, 4º andar - Praia do Canto, Vitória/ES, CEP: 29055-130, Telefones: (27) 3636-6929 / (27) 3636-6900 / (27) 3636-6932

Diário Oficial do Espírito Santo / **135 anos**

SUMÁRIO

\ A Edição Especial comemora os 135 anos do Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, com a colaboração de produções de acadêmicos habilitados em amplos assuntos referentes à história e ao futuro da Imprensa Oficial.

- P. 4** **01** **Imprensa Oficial do Espírito Santo: 135 anos de história, inovação e compromisso público**
 Patrícia Merlo / Gilton Ferreira da Silva
-
- P. 6** **02** **Museus, comunicação e museus de comunicação**
 Luiz Claudio Martino
-
- P. 8** **03** **Caminhos da Imprensa Oficial**
 Giovandro Marcus Ferreira
-
- P. 10** **04** **Memória Preservada: Gestão e Acesso aos Acervos da Imprensa Oficial**
 Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves
-
- P. 12** **05** **A festa de faz pensar: 135 anos da Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo**
 Paulo Knauss de Mendonça
-
- P. 15** **06** **Da gráfica ao digital: a revolução da Imprensa Oficial do Espírito Santo**
 Sandra Shirley de Almeida

Imprensa Oficial do Espírito Santo: 135 anos de história, inovação e compromisso

||

Em tempos de transformação digital e de novos paradigmas informacionais, a Imprensa Oficial permanece como referência de confiabilidade, legalidade e memória pública.



- **Dr^a Patricia Maria da Silva Merlo** /
Doutorado em História Social pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Confira as
produções da
autora



Em 2025, a Imprensa Oficial do Espírito Santo celebra 135 anos de existência, marcando uma trajetória indissociável da construção da memória institucional e do fortalecimento da cidadania no Estado. Criada em um momento decisivo da história brasileira, a instituição capixaba consolidou-se como pilar da transparência pública, acompanhando as transformações políticas, sociais e tecnológicas que moldaram o país desde o final do século XIX.

A atividade tipográfica só foi permitida no Brasil a partir de 1808, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro. A fundação da Imprensa Régia naquele ano deu início à circulação de jornais e à publicação oficial de leis e decretos do Império, marcando o surgimento da Imprensa Nacional. Foi somente a partir da segunda metade do século XIX que o Brasil assistiu à expansão dos periódicos e à consolidação de uma opinião pública mais ativa e plural.

Nesse ambiente de crescente valorização da informação impressa e de modernização dos serviços administrativos, o Espírito Santo tomou uma iniciativa pioneira. Em 23 de maio de 1890 — apenas seis meses após a Proclamação da República — o então governador Afonso Cláudio de Freitas Rosa criou o Diário Oficial do Estado. O ato refletia não apenas a necessidade de dar publicidade aos atos do novo regime republicano, mas também o desejo de institucionalizar a comunicação entre o poder público e a sociedade capixaba, reforçando os princípios de legalidade e

{ **Artigo** - Patricia Maria da Silva Merlo / Gilton Ferreira da Silva

misso público

transparência.

Desde sua fundação, a Imprensa Oficial tem desempenhado papel central na divulgação dos atos da governança do Estado, assegurando a publicidade de leis, decretos, portarias, nomeações, editais e demais documentos de interesse público. Sua missão, que nasceu sob as luzes do ideário republicano, mantém-se até hoje como um dos alicerces do Estado democrático de direito.

Ao longo de mais de um século, a instituição atravessou diferentes momentos da história capixaba e nacional. Acompanhou o advento da República, o surgimento do voto popular, as crises institucionais, os ciclos de crescimento econômico, as reformas administrativas e as revoluções tecnológicas. E em cada um desses momentos, soube adaptar-se sem abrir mão de seu compromisso com a informação oficial e o serviço público.

Das prensas manuais do final do século XIX à adoção das modernas rotativas, passando pela composição tipográfica com linotipos e, posteriormente, pela diagramação eletrônica, a Imprensa Oficial foi incorporando inovações que garantiram maior agilidade, qualidade gráfica e alcance. Mas foi no início do século XXI que se deu a transformação mais profunda de sua história recente: a completa digitalização de seus serviços.

O Espírito Santo foi um dos primeiros estados brasileiros a adotar o formato exclusivamente digital para o Diário Oficial. Essa mudança estratégica representou não apenas um avanço tecnológico, mas também um marco de sustentabilidade, economia de recursos públicos e democratização do acesso à informação. Com a nova plataforma online, o conteúdo oficial passou a ser disponibilizado em tempo real, de forma gratuita e acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica.



Para além, a digitalização revela-se como o caminho para a preservação e a consulta dos acervos históricos, reforçando o papel da Imprensa Oficial como guardião da memória documental do Estado. O objetivo de construir um arquivo vivo, além de cumprir a função legal e assegurar a transparência dos atos públicos, tornará a instituição uma referência ainda mais acessível para pesquisadores, historiadores, juristas, jornalistas, servidores públicos e cidadãos que necessitam de informações verdadeiras e oficiais.

Celebrar este aniversário é também reconhecer o trabalho de gerações de profissionais — editores, jornalistas, tipógrafos, designers, técnicos e gestores — que contribuíram para consolidar uma instituição respeitada e sintonizada com os desafios do presente e do futuro. Em tempos de transformação digital e de novos paradigmas informacionais, a Imprensa Oficial permanece como referência de confiabilidade, legalidade e memória pública.

- **Dr Gilton Luís Ferreira** /
Doutor em História Urbana
pela Universidade Federal do
Espírito Santo - UFES

Confira as
produções do
autor





- Dr Luiz C. Martino /

Doutorado em Sociologia - Université de Paris V (René Descartes)

Museus, comunicação e museus de comunicação

Taj Mahal), parques naturais (Grand Canyon, Yellowstone) e cidades-museus (Veneza). Sim, museus podem ser muito frequentados e também difíceis de definir, basta “escapar das características normalmente atribuídas a eles (coleções, prédio, instituição) para dar lugar a “museus de substitutos”, museus sem coleções, museus ‘fora sem paredes’, cidades-museu, ecomuseus e cibermuseus”. Ou seja, um museu pode prescindir de objetos originais, de coleção própria, de prédio e nem mesmo precisa ocupar um espaço físico.

De fato, o museu pode ser muitas coisas, principalmente se deixamos de lado preconceitos e estereótipos. Na verdade, somente acompanhando a linha de suas transformações, os processos históricos de continuidades e rupturas, é que podemos entender como as coleções da Antiguidade ganharam sentidos mais específicos e acabaram dando lugar aos museus que temos atualmente.

Poucos têm em conta que se trata de uma instituição recente, que aparece por volta do século XVIII, para se consolidar somente no final século seguinte. A maioria dos museus mais famosos abriram suas portas ao público neste período: 1734 (1471) Museus Capitolinos, Roma; 1759 (1753) Museu Britânico, Londres; 1771 (1506) Museu do Vaticano; 1799 (1792) Louvre, Paris; 1818 Museu Nacional, Rio de Janeiro; 1819 (1785) Museu do Prado, Madri; 1852 (1764), Hermitage, São Petersburgo; 1872 Metropolitan, New York. A China, a nação mais antiga, constituiu seu Museu Nacional em 2003, com a fusão de outros dois jovens museus (Museu

de História Chinesa e do Museu da Revolução Chinesa, fundados em 1949 e 1950).

No que diz respeito às suas origens, os museus são herdeiros e oponentes dos antigos Gabinetes de Curiosidades (também conhecidos como Câmaras de Maravilhas), que se formaram no período do Renascimento. Ainda que ambas as instituições tenham em comum o hábito de colecionar, tudo se apresenta sob outro prisma. As coleções antigas eram propriedades privadas, que expressavam o poder de um senhor ou soberano. Os objetos são entendidos como relíquias, objetos mágicos que aprofundam o sentido de mistério do mundo e testemunham a presença de potências não humanas. Como tais, eles não podem ser sondados, são manifestações da divindade e fora do alcance das mentes humanas.

As coleções modernas, de outra parte, estão imbuídas do espírito Iluminista e a Revolução Francesa trará uma contribuição decisiva ao abrir essas coleções a todos. Nasce, assim, a ideia de patrimônio público e o museu é o depositário da memória nacional, assumindo a responsabilidade de conservar e conferir uma destinação a essas coleções. Elas devem servir ao bem comum, através da instrução de seus jovens e a educação de todos. Neste sentido o museu moderno é um projeto político, correlacionado à República e ao cidadão, um projeto que coloca o povo como proprietário e beneficiário desse acervo valioso. Note-se que as obras de arte fazem parte deste acervo, de modo que o melhor da estética é disponibilizado para deleite e a formação do gosto, de modo que política e cultura estão em continuidade, em

II
Qualquer manifestação humana é potencialmente objeto de interesse e pode integrar coleções.

Como tantas coisas ao nosso redor, o **Museu nunca foi o que parece.** Particularmente para nossa cultura brasileira, cujos modos e costumes tendem a nos afastar desse tipo de instituição. Trata-se de uma situação bem diferente de outras nações, onde os museus integram o aprendizado das crianças, o estudo e a diversão dos adultos, além de serem uma importante atração para o turismo.

A propósito, na lista dos lugares mais frequentados do mundo encontramos o Louvre, com mais de 10 milhões de visitantes (2018). E ele não está só, sendo mesmo comum os grandes museus receberem um grande fluxo de pessoas. Ademais, se repararmos bem, algumas instituições similares também estão entre estas atrações: monumentos (Muralha da China, Coliseu,

1 Desvallees, André ; Mairesse, François. *Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie*. Paris : Armand Colin, 2011, p. 350.

2 As datas entre parênteses indicam o ano de fundação das coleções, mas sem acesso ao público.

II

Esse movimento em relação ao passado constitui um expediente imprescindível para a compreensão do mundo que vivemos.

vista de incentivar o melhor do ser humano.

Outra notória diferença com os antigos Gabinetes de Curiosidades é a confusão e a desordem destes. Não é casual que o desenvolvimento de disciplinas como a Botânica e a Zoologia estivessem ligadas ao aparecimento de sistemas de classificação que viabilizaram a organização das coleções dos museus.

Também foi muito significativo o fato de que os objetos passaram a ser entendidos como manifestações naturais, de onde a possibilidade de servirem à pesquisa científica. Aparecem, assim, os museus de História Natural, com suas coleções de minerais e de fósseis, mas também, zoológicos, jardins botânicos, aquários... Tudo que a natureza possui, inclusive os homens em estado de natureza (Museus Etnológicos). O caminho estava finalmente livre para o último grande passo, com o qual o museu se abre para o mundo humano, em toda sua extensão. Qualquer manifestação humana é potencialmente objeto de interesse e pode integrar coleções. Tecnologias, ofícios, folclore, mas igualmente acontecimentos (memoriais, como o do Holocausto ou do 11/9) e outros objetos menos classificáveis deram origem a Museus de Horror, da Imagem e do Som ou do Futuro.

MUSEUS DE COMUNICAÇÃO. O mundo moderno é o mundo do homem. É neste contexto que vão aparecer os museus de comunicação. Em princípio, uma matéria insólita, associada à fluidez das conversas e à volatilidade da voz. Impressão que mudará à medida que os meios de comunicação ganham relevância na sociedade atual, trazendo à tona a importância da tecnologia.

A noção de uma infraestrutura material de comunicação – que sustenta a ordem política, econômica, social e cultural – somente foi adquirida recentemente. Afinal a comunicação não é uma noção intuitiva, como normalmente se acredita e a atenção dada aos aspectos tecnológicos possibilitou uma nova análise e compreensão desta função essencial ao ser humano reconfigurada pelas circunstâncias modernas.

Como resultado do reconhecimento da importância da comunicação, estes museus

hoje se multiplicaram rapidamente, sendo que a simples menção geraria longas listas, superiores ao espaço desse texto. Em geral estão estruturados por tipo de meio de comunicação (cinema, rádios, gramofones, imprensa, brinquedos ópticos...) e suas exposições estão voltadas seja para os meios técnicos (dispositivos, aparelhos, instrumentos), seja para os conteúdos (informação, programas). O Museu da Prensa de Lyon e o Museu da Imprensa Nacional (Brasília) nos dão bons exemplos do primeiro tipo, enquanto que o Paley Center for Media de New York ilustra o segundo tipo. Já o Museo Nazionale del Cinema (Turim) é um raro exemplo de museu completo, com extensas coleções de aparelhos e filmes, proporcionando experiências e imersão no universo filmico. Um último tipo é o MUSEHUM – Museu das Comunicações e Humanidades (Rio de Janeiro), que exemplifica um museu pequeno, mas muito dinâmico, inclusive com projetos educacionais premiados internacionalmente.

Por outro lado, a relação entre museus e comunicação pode se desdobrar em vários planos. Por exemplo, na compreensão que eles constituem redes, com ações complementares, o que permite a circulação das coleções entre as instituições. As “exposições provisórias” dinamizam os espaços e imprimem um elemento de atualidade aos museus. Porém a comunicação tem sido mais frequentemente associada à utilização de uma linguagem apropriada para transmitir a mensagem aos públicos. De fato, os museus são dispositivos de comunicação e isso tem sido regularmente explorado tanto pela teoria museológica quanto pela prática do dia a dia dos museus. No entanto, um museu de comunicação ultrapassa estes aspectos gerais e comuns a todos os tipos de museu. Sua especificidade – e talvez uma de suas principais missões – estaria em superar as ideias correntes, que acabam reduzindo os meios de comunicação a usos instrumentais. O que dá uma ideia distorcida do processo comunicacional, como simples transmissão de mensagens, como se fosse um processo mecânico, com efeitos imediatos. Há outros âmbitos que precisam ser explicitados e precisam ser levados ao conhecimento pú-

blico, se quisermos que tenham uma melhor compreensão da ação dessas tecnologias sobre a vida das pessoas.

Muito se tem falado de “literacia dos meios”, como um aprendizado necessário para uma relação equilibrada e saudável com estas tecnologias. Contudo, o enfrentamento de uma questão estrutural requer mais do que ações educativas imediatas, baseadas em um conjunto de instruções e advertências. Neste sentido, os museus de comunicação podem ajudar em ações de longo termo, gerando as condições culturais para o combate às fake news, às propagandas e à desinformação estrutural.

Atividades laboratoriais, palestras, grupos de estudo, ciclos de conferências temáticas, sobretudo se associadas a exposições, são recursos que podem ser mobilizados para a reflexão sobre a atividade mediática. Elas constituem atividades típicas dos museus mais dinâmicos, ligados à produção e ao compartilhamento do conhecimento. Fundamentalmente, como todo museu, elas levam a uma apropriação da história. Proporcionam as condições de compreender o presente através do contato com outras realidades históricas, no caso, como sociedades anteriores, compreenderam e se serviram das tecnologias do simbólico. Esse movimento em relação ao passado constitui um expediente imprescindível para a compreensão do mundo que vivemos.

Os museus de comunicação têm o potencial para dar início a uma “educação básica”, uma formação fundamental, atuando como catalisadores para o desenvolvimento de uma urgente e necessária cultura mediática, capaz de proporcionar uma base sólida para as políticas e diretrizes éticas no novo mundo das tecnologias do simbólico.

Confira as produções do autor





- Dr Giovandro Marcus Ferreira /
Doutorado em Ciências da
Informação Medias
- Universidade Paris 2
Panthéon-Assas

Confira as
produções do
autor



Caminhos da Imprensa Oficial

NO PRINCÍPIO ERA INTERDIÇÃO... DEPOIS, IMPRENSA RÉGIA . A imprensa oficial foi fundada no Rio de Janeiro, em 1808, por ordem de Dom João VI, com a família e toda comitiva real vinda de Portugal. A primeira publicação se chamou Gazeta do Rio de Janeiro e tinha a frente Frei Tibúrcio José Rocha. Alguns meses atrás, no exílio em Londres, fugindo dos cárceres da inquisição o redator Hipólito da Costa funda o Correio Brasiliense. Nascia assim uma imprensa ligada aos governantes e outra, distante do solo pátrio, que combatia os governantes de plantão e reivindicava a instauração da república.

É bom destacar que a imprensa chega tarde ao Brasil em comparação com outras colônias da América. Um caso emblemático da história da imprensa no Brasil, foi a do impressor português Antonio Isidoro da Fonseca, que teve o pedido negado, em 1746 e nos anos seguintes, para a instalação de uma tipografia na cidade do Rio de Janeiro. Esta era para ser a primeira oficina de impressão na colônia, no entanto, ela só será instalada 62 anos depois, com a chegada aos trópicos da família real.

Foi política da metrópole Portugal a proibição de imprensa no Brasil, com isso buscava manter o controle absoluto da informação na colônia. Só a título de comparação, na cidade do México já constata a presença da imprensa no século XVI, em 1535, uma diferença de quase três séculos em relação ao Brasil. Há controvérsias das razões de tal atraso. Há de maneira expressiva o fator político, mas não só. Nelson Werneck Sodré, no seu livro de referência, "História da Imprensa no Brasil", com uma interpretação marxista, enfatiza a íntima relação entre a imprensa e o sistema capitalista. Já na introdução oferece sua chave de leitura: "Por muitas razões, fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista."

Na sua tese de doutorado e mais tar-

de publicada em forma de livro intitulado "Sociologia da imprensa brasileira", José Marques de Melo busca causas além dos fatores políticos e econômicos para identificar as condições necessárias do afloramento da imprensa no Brasil, como também de seu atraso. Enfim, um conjunto de causas - fatores socioculturais, na linguagem do autor - que se inter-relacionam, se influenciam uns aos outros. (1) a natureza de feitoria da colonização, um entreposto de exploração do pau brasil na costa atlântica do colônia, com intuito de produzir para exportar, sem preocupação de povoar o território; (2) condições das populações indígenas e sua influência sobre os pequenos povoamentos de portugueses, não necessitando de instrumentos da cultura metropolitana; (3) predominância do analfabetismo, com exceção de poucos proprietários, clérigos e funcionários reais, a grande maioria, como dizia Gilberto Freyre, era composta de "homens do campo, rústicos ou analfabetos"; (4) ausência de urbanização, a vida colonial é fortemente marcada pelo mundo rural, em torno de engenhos de açúcar, fazendas de gado, plantações de algodão etc.; (5) precariedade da burocracia estatal, uma quase ausência do aparato estatal, ficando nas mãos de particulares funções do estado, mesmo buscando centralizar na figura do governador geral; (6) incipiência das atividades comerciais e industriais, as atividades econômicas são predominantes agrícolas ou extrativistas; (7) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos, em busca do "monopólio do pensamento", levara Portugal ao fechamento à ciência e à decadência Lusitânia.

IMPRENSA OFICIAL: DO IMPÉRIO (1822-1889) À REPÚBLICA (1889...) . A independência política do Brasil, em 1822, possibilitou uma expansão da Imprensa Oficial, acompanhando a estruturação mais robusta do estado no recente país. A criação do Diário do Governo (primeiro reinado)

foi o antecessor do atual Diário Oficial da União (DOU), criado em 1891, que durante o império era denominado Diário Oficial do Império. A independência e a proclamação da república foram dois acontecimentos políticos que oferecem um ambiente favorável ao surgimento das imprensas provinciais. Ao longo dos anos, a Imprensa Oficial vai incorporando novas tecnologias de impressão e expansão para publicação de livros.

O ambiente político reverbera nas atividades da Imprensa Oficial. Na era Vargas (1930 – 1945) ocorre a centralização da comunicação governamental no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a Imprensa Oficial é utilizada como instrumento de divulgação de programas e políticas públicas. Mais tarde, no período da ditadura militar (1964 – 1985), a Imprensa Oficial tem a função administrativa, de um lado, com restrição a publicação de certos conteúdos (censura às informações contrárias) e, de outro, com reforço a narrativa do regime ditatorial. Na constituição de 1988, com a redemocratização do país, há o reforço da publicidade dos atos administrativos e o papel da Imprensa Oficial no serviço da transparência pública e da modernização tecnológica.

No caput (cabeça) do artigo 37 da Constituição Federal coloca em evidência a publicação dos atos públicos: « A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. "A publicidade dos atos administrativos através da Imprensa Oficial, meio legalmente reconhecido, permite e busca garantir a transparência e o acesso à informação de todos cidadãos e cidadãs".

No período democrático foram ocorrendo mudanças, que podem ser observadas na digitalização e o acesso virtual, que podem facilitar o acesso, sobretudo se houver o manejo do cidadão no ambiente digital. Houve, igualmente, a expansão de novos serviços como a gestão documental, certificação digital, impressão de livros, agora também digitais etc. contribuindo positivamente para as suas finanças. Em contrapartida, a desobrigação da publicidade de balanço das empresas, desde 2017, afetou negativamente as finanças da Imprensa Oficial. Observa-se, então, que a história da Imprensa Oficial reflete as mudanças políticas, sociais e tecnológicas do país. Ela é fundamental na promoção da transparência governamental e publicidades dos atos administrativos. Enfim, reforço à democracia nos seus objetivos

de (1) divulgação de atos oficiais, (2) registro e preservação da história, (3) impressão de documentos públicos e (4) apoio à comunicação governamental e pública.

ALGUNS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA IMPRENSA OFICIAL .

Como toda a sociedade, a Imprensa Oficial é atravessada pela revolução da internet (aspectos tecnológicos), de um lado e, de outros, pelos novos desafios colocados pelo regime democrático (aspectos políticos), sacudido pelos vendavais dos processos de mediação, modificando nossa maneira de se relacionar com as instituições, com o outro, com as informações, entre outras. Nesta nova ambiência digital e tendo em vista os objetivos da Imprensa Oficial acima expostos, a digitalização e modernização devem significar um aprofundamento da transparência, da acessibilidade e da ampliação de seus serviços prestados à sociedade. A utilização da automação e da inteligência artificial (IA) podem otimizar processos e reforçar também a ampliação do serviço da Imprensa Oficial, potencializando capacidades humanas e restringindo desigualdades.

Nesta perspectiva, ocorre uma aproximação com a comunicação pública, que nada mais é do que o elo que liga o cidadão ao estado sob a égide da transparência e da participação cidadã. A comunicação pública tem a função de focar no interesse público, tendo como lema o ato de informar, educar e prestar conta a sociedade, ou seja, ela é um direito do cidadão e um dever do estado. Ela reforça a democracia quando permite a fiscalização pela transparência, possibilita o acesso à informação, estimula a participação cidadã e fortalece a cidadania na aproximação do cidadão junto às instituições, gerando senso crítico, pertencimento e responsabilidade coletiva.

A Imprensa Oficial tem como desafio se posicionar entre a inovação tecnológica, o avanço da transparência e da sustentabilidade financeira. Sua ação pode corroborar, além da divulgação de atos administrativos, no reforço da credibilidade da informação, no combate à desinformação e na segurança da informação. Ela é chamada, igualmente, na sua participação no tocante à inclusão no mundo digital pelas ações do letramento di-

gital, mediático e cidadão. Com isso, possibilita que a facilidade do acesso à mensagem seja equivalente ao acesso crítico no que se refere também ao sentido.

Esta visão da Imprensa Oficial na condição de uma comunicação pública a implica na garantia do direito à informação, na complementaridade da comunicação governamental, nos usos de plataformas digitais e numa comunicação que promova o engajamento dos diferentes públicos, sobretudo do público jovem. Esse último tem novas formas de comunicação baseada no entretenimento, na gamificação, em atividades imersivas que são frequentemente relacionadas à importância dos jogos no desenvolvimento cognitivo.

A partir dos objetivos ampliados da Imprensa Oficial, a perspectiva de um museu de comunicação também se amplia e busca dar conta de objetivos que vão além da preservação da história, ou melhor a preservação da história será acompanhada de inovação e de educação. Os museus estão atentos no repensar sobre o passado e o presente levando em conta a educação e a conscientização através de experiências vividas num ambiente que entrelasse estes dois tempos. Fica a questão e o desafio: de que maneira construir museus como um lugar de comunicação que proporcione o engajamento de seus diferentes públicos, em especial do público jovem? Já que foi comentado a importância da sustentabilidade financeira para a Imprensa Oficial, aqui também tem um desafio importante para a perenidade da experiência e do bom funcionamento do museu. A construção de parceria proporciona sustentabilidade e a iniciativa de criação de museu pode despertar interesse em instituições como a universidade, empresa de tecnologia etc, facilitando a partir da parceria encontrar caminhos de diferentes modelos de financiamento. Eis, então, o museu como espaço público destinado a preservar o patrimônio, educar o público, proporcionar entretenimento com conteúdo, promover a cultura, estimular o ensino e a pesquisa, desenvolver senso crítico e estético. Enfim, como diz o escritor turco Orhan Pamuk, prêmio Nobel de Literatura (2006), "os museus são os lugares onde o tempo se transforma em espaço."



A publicidade dos atos administrativos através da Imprensa Oficial, meio legalmente reconhecido, permite e busca garantir a transparência e o acesso à informação de todos cidadãos e cidadãs.

Memória Preservada: Gestão e Acesso aos Acervos da Imprensa Oficial



- **Dr Paula Regina Ventura Amorim Gonçalves** /
Doutorado em Ciência da Informação UNESP/Marília

INTRODUÇÃO . Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), ampliaram-se significativamente as possibilidades de produção, disseminação e acesso à informação, visto que, as tecnologias rompem as barreiras espaço-temporais no que tange ao acesso, uso e reuso da informação. Tal avanço proporcionou uma maior democratização do conhecimento e, conseqüentemente, elevou as expectativas sociais quanto à transparência, à preservação e à disponibilização de documentos que compõem o patrimônio informacional das instituições públicas.

Nesse cenário, instituições responsáveis pela guarda de acervos documentais, como a Imprensa Oficial do Espírito Santo, têm papel fundamental na organização, preservação e divulgação dessas fontes de memória. O acesso à informação, garantido por instrumentos legais como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), está diretamente relacionado à qualidade do tratamento documental, às condições de conservação dos suportes e à adoção de tecnologias que assegurem sua perenidade.

A NATUREZA DOS ACERVOS E SEU VALOR INFORMACIONAL . De maneira conceitual, acervos documentais são conjuntos organizados de objetos e registros informacionais, reunidos com o propósito de conservar, estudar, divulgar ou garantir direitos. Esses materiais podem assumir diversas formas: livros, documentos textuais, registros audiovisuais, objetos tridimensionais e, cada vez mais, conteúdos em formato digital.

O acervo da Imprensa Oficial do Espírito Santo é composto por material bibliográfico, documentos administrativos e legais (cartas, contratos, relatórios,

II Tais conjuntos representam não apenas a memória da administração pública estadual, mas também fontes legítimas para o exercício da cidadania, a reconstituição de fatos históricos e a produção de conhecimento.

registros oficiais), fotografias, material audiovisual, objetos físicos e documentos digitais. Tais conjuntos representam não apenas a memória da administração pública estadual, mas também fontes legítimas para o exercício da cidadania, a reconstituição de fatos históricos e a produção de conhecimento.

PRESERVAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIAS DE ACESSO . A gestão adequada de acervos passa, necessariamente, pela adoção de práticas de preservação. Como enfatiza Chagas (2002, p. 146), “[...]o papel das instituições que detêm acervos documentais não é apenas o da guarda, mas também o da promoção da democratização dos bens culturais, dos saberes e das memórias até então negligenciadas”.

A preservação documental compreende um conjunto de ações voltadas à manutenção da integridade física e intelectual dos documentos. Essas ações incluem estratégias de acondicionamento, controle ambiental, digitalização, higienização, restauro e tratamento da informação, com o objetivo de retardar ou interromper processos de deterioração e assegurar a



A preservação da memória institucional e documental é um compromisso que transcende a dimensão técnica: envolve responsabilidade social, cultural e ética.

permanência dos conteúdos.

É imprescindível distinguir entre os conceitos de preservação, conservação e restauração:

- **Preservação:** conjunto de políticas e ações preventivas que visam manter os documentos em seu estado original.
- **Conservação:** procedimentos voltados à estabilização física dos documentos, prevenindo danos adicionais.
- **Restauração:** intervenções corretivas que buscam recuperar a funcionalidade e a legibilidade de documentos já degradados.

Para os documentos digitais, a conservação envolve práticas como backup regular, migração de formatos, verificação de integridade, uso de formatos abertos e armazenamento em múltiplos ambientes.

O PAPEL DAS TICs NA PRESERVAÇÃO E NO ACESSO . As TICs oferecem ferramentas indispensáveis para a gestão e preservação de acervos. A digitalização de documentos, por exemplo, não apenas preserva o conteúdo original frente à deterioração dos suportes físicos, como também amplia o acesso remoto, facilita a pesquisa e democratiza a informação.

Além da digitalização, destaca-se a importância da organização e da descrição informacional por meio de metadados. Os metadados descritivos, técnicos, administrativos e de proveniência são fundamentais para garantir a recuperação da informação e o entendimento contextual do documento. Eles auxiliam o usuário na tomada de decisão sobre o uso da informação, mesmo antes do acesso ao conteúdo integral.

As TICs também contribuem para:

- a indexação automatizada;
- a integração de bases de dados;
- a interoperabilidade entre sistemas;
- o compartilhamento e a dissemi-

nação em ambientes digitais;

- a acessibilidade informacional para diferentes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS . A preservação da memória institucional e documental é um compromisso que transcende a dimensão técnica: envolve responsabilidade social, cultural e ética. A Imprensa Oficial do Espírito Santo, por meio dos cuidados físicos e digitais, tem como objetivo manter o material acessível, intacto e disponível para futuras gerações. A preservação física, incluindo o armazenamento adequado e o manuseio cuidadoso, é essencial para evitar a degradação do papel e de outros materiais. A digitalização é um passo importante para garantir a longevidade do conteúdo e ampliar o acesso ao público, mas a informação digitalizada precisa ser tratada e organizada.

Além disso, um plano de preservação bem estruturado, que inclua monitoramento contínuo e restauração quando necessário, pode garantir que os acervos da Imprensa sejam preservados de forma eficaz.



Ao salvaguardar um acervo de grande relevância histórica, jurídica e administrativa, contribui-se para a garantia de direitos, para a transparência pública, para a preservação da memória e para a valorização da história do Estado.

O tratamento, a organização e a preservação dos documentos exigem planejamento contínuo, investimentos em infraestrutura e capacitação técnica, bem como a adoção de políticas públicas e institucionais que assegurem a sustentabilidade dessas ações ao longo do tempo.

Em um contexto em que a informação é um bem estratégico, a preservação documental se revela como condição sine qua non para assegurar o direito à memória, o exercício da cidadania e o fortalecimento das instituições democráticas.

Referência

CHAGAS, M. Cultura, patrimônio e memória. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002. Textos... São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 135-155

Confira as produções do autor



A FESTA QUE FAZ PENSAR: 135 ANOS DA IMPRENSA OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO



- Dr Paulo Knauss /
Doutorado em História
pela Universidade Federal
Fluminense - UFF

II

[...] não há dúvida de que merece ser festejado o pioneirismo do Espírito Santo no desenvolvimento de um projeto editorial próprio para dar publicidade aos atos do governo estadual.

Nesse ano de 2025, comemora-se os 135 anos de criação do Diário Oficial do Espírito Santo, cuja publicação se iniciou em 23 de maio de 1890, nos primeiros tempos de construção do Brasil republicano, seis meses depois da Proclamação da República. A ocasião comemorativa permite promover a atualização da memória, mas também provoca a interpretação histórica.

Como rito social, as comemorações podem configurar-se como solenidade de reverência ao passado e como festa que contagia a experiência do presente. É por fortalecer os laços sociais e propor a continuidade das instituições sociais, que o ato de comemorar, ou lembrar juntos, encontra sua razão de ser. As comemorações, porém, não suscitam apenas ritos solenes e festivos. A mobilização da memória em torno das comemorações cria também a oportunidade para a reflexão sobre as relações entre o passado e o presente, assim como permanências e rupturas históricas. Assim, comemorar não significa tanto tratar origens e antecedentes, como se pode supor à primeira vista, pois envolve a construção de bases seguras para confirmar expectativas em relação ao que vem depois.

Foi o historiador francês Pierre Nora, que chamou atenção para o fato de que memória e história não são palavras sinônimas e nem se equivalem propriamente. Segundo a fórmula do autor, a memória é vida, por isso carregada por grupos sociais, sendo aberta à dialética da lembrança

e do esquecimento, vulnerável a usos e manipulações. A história, por sua vez, é a reconstrução problemática e incompleta do que aconteceu como representação do passado. A memória é afetiva e mágica, não se atem a detalhes. A história, por sua vez, é uma operação intelectual sustentada em análise e crítica dos fatos. O que importa é sublinhar, que no contexto das comemorações é possível promover o diálogo da memória, que se instala no sagrado e tem feições absolutas, e da história, que é sempre prosaica e reconhece apenas o relativo.

No contexto brasileiro, não há dúvida de que merece ser festejado o pioneirismo do Espírito Santo no desenvolvimento de um projeto editorial próprio para dar publicidade aos atos do governo estadual. A iniciativa pioneira evidencia que, na primeira hora dos acontecimentos, o movimento republicano capixaba se alinhou à causa do federalismo, que reivindicava a afirmação da autonomia política e administrativa das unidades federativas. O título original de Diário Oficial do Estado Federal do Espírito Santo confirmava o compromisso federalista, que movia o governo de Afonso Claudio, o líder republicano de primeira hora capixaba, que foi nomeado como primeiro presidente do estado do Espírito Santo pelo Governo Provisório da República recém proclamada sob o comando do marechal Deodoro. Vale lembrar que o cargo de presidente de estado correspondia, na época da Primeira República, ao de governador na atualidade.



[...] surpreende que a decisão de criação do órgão oficial capixaba, como expressão da afirmação da autonomia política e administrativa estadual, tenha ocorrido antes mesmo da aprovação da Constituição de 1891, que renovou o estado de direito no Brasil [...]

Diante dos acontecimentos, surpreende que a decisão de criação do órgão oficial capixaba, como expressão da afirmação da autonomia política e administrativa estadual, tenha ocorrido antes mesmo da aprovação da Constituição de 1891, que renovou o estado de direito no Brasil, derubando definitivamente a centralização da monarquia imperial e instaurando o estado republicano federativo no Brasil. Caracteriza-se, assim, uma excepcionalidade histórica do Espírito Santo, pois foi somente depois da ordem federalista instituída pela nova constituição, que os estados passaram a organizar com autonomia a publicidade dos atos legais, normativos e administrativos dos seus poderes constituídos, criando os diários oficiais estaduais: Espírito Santo, em 1890, São Paulo, em 1891; Minas Gerais, em 1892; Amazonas, em 1893; Sergipe, em 1895, para ficar nos casos do século XIX. Muitos estados continuaram a seguir o modelo tradicional de publicar atos oficiais na imprensa privada. De todo modo, o modelo do diário oficial foi se generalizando pela federação ao longo do século XX, quando outros estados brasileiros passaram a produzir projetos editoriais próprios para divulgação dos atos de seus poderes instituídos. Como contraponto, pode-se mencionar o caso do antigo estado do Rio de Janeiro que experimentou diferentes soluções, até criar o diário oficial fluminense apenas em 1931. Diante desse quadro, nota-se o sentido político da iniciativa capixaba e seu caráter precursor, que indica o nexos histórico incontornável entre diários oficiais estaduais e a construção da República brasileira.

Por outro lado, é preciso considerar as motivações que podem caracterizar a decisão de publicar atos de governo. Seu registro com publicidade pode ser caracterizado como demonstração de poder, afinal, em contextos não letrados, o texto escrito em formato impresso serve

à monumentalização da legislação e, especialmente, de quem está por trás de sua implementação. Não sem razão, a prática foi inaugurada no tempo das monarquias absolutistas da Europa da Época Moderna. A difusão da tipografia permitiu substituir, pouco a pouco, a antiga prática dos bandos, que correspondiam aos anúncios de ordens ou decretos régios apregoados pelas praças e ruas ao som do tambor. Em Portugal, foi ao longo do século XVIII que se iniciou a publicação de atos legais normativos e administrativos, tornando-se prática mais sistemática depois da criação da Imprensa Régia, em 1768, durante o reinado de D. José I e governo do marquês de Pombal. A publicação dos atos oficiais podia circular em avulsos ou em coletâneas, até que, perto do fim do século XVIII, a Gazeta de Lisboa assumiu a função de divulgar os atos oficiais, cumprindo função semelhante aos atuais diários oficiais brasileiros. Com a transferência da corte portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, em 1808, a Imprensa Régia portuguesa se estabeleceu no Brasil e a Gazeta do Rio de Janeiro, cumprindo o papel de sua correspondente lisboeta.

No contexto de afirmação das sociedades liberais, a publicação de atos oficiais começa a assumir novos sentidos decorrentes da separação dos poderes, como condição do controle da autoridade e da proteção dos direitos civis. No Brasil, essa construção histórica se baseou nos ideais constitucionalistas, que sustentaram o movimento pela Independência Nacional, que redundou na outorga da Constituição de 1824. A implantação do Império do Brasil alterou as antigas condições gerais da administração do estado monárquico português, levando ao fim a antiga Gazeta do Rio sucedida, então, pelo Diário de Governo (1823-1824 e 1831-1833), Diário Fluminense (1824-1831), Correio Oficial (1833-1836) e Gazeta Oficial (1846-1848),

havendo períodos em que a publicação dos atos oficiais ocorria em veículos privados de imprensa, como o Diário do Rio de Janeiro, o Jornal do Comércio e Correio Mercantil. A questão da publicidade dos atos oficiais do governo no Brasil só encontrou uma solução definitiva a partir da Lei Imperial nº 1177, de 9 de setembro de 1862, que autorizava despender recursos para a publicação de uma nova gazeta oficial. A partir dessa deliberação legal, em 1º de outubro de 1862, foi lançado o primeiro número do Diário Oficial do Império do Brasil. Com a Proclamação da República, impôs-se a necessidade política de suprimir a marca imperial do título substituído, em 1891, por Diário Oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, depois intitulado Diário Oficial da União. Finalmente, a nova era política obrigou a troca do brasão imperial dos tempos da monarquia pelo brasão do estado republicano. Assim, não se pode deixar de notar que a publicação de atos oficiais continuou sendo concebida como manifestação de poder, mesmo com novas funções diante do novo estado de direito.

Apesar das muitas mudanças de regime político e alterações na organização do estado nacional brasileiro, o projeto editorial do Diário Oficial foi fundamentalmente preservado ao longo do tempo. Além da inovação do formato eletrônico, lançado em 2001, cujo sucesso levou a suprimir a versão impressa em 2017, ao longo dos anos, a grande alteração editorial do Diário Oficial ocorreu como decorrência da introdução do federalismo como princípio da organização do estado nacional no Brasil a partir da Constituição republicana de 1891. Com a afirmação da autonomia política e administrativa das unidades federativas brasileiras, os governos estaduais passaram a ter liberdade de organizar a publicidade dos atos legais, normativos e administrativos dos poderes constituídos

na esfera estadual, tendendo a criar títulos próprios. Os atos oficiais municipais têm seção específica nas folhas estaduais, mas na segunda metade do século XX, o crescimento do estado e a expansão da administração pública na esfera municipal, levou à multiplicação de diários oficiais de municipalidades maiores, como as capitais estaduais. Essa tendência de expressão municipal se viu fortalecida pelo aprofundamento da ordem federativa brasileira pela Constituição de 1989, que reconheceu a autonomia política e administrativa dos municípios, acompanhada de funções e responsabilidades. Desse modo, observa-se que o projeto editorial dos diários oficiais brasileiros acompanham as alterações da ordem institucional do estado nacional. Nota-se, portanto, o nexu histórico incontornável entre diários oficiais e a construção do estado republicano do Brasil – sendo impossível não ressaltar que esse processo histórico tem como marco a criação do diário oficial estadual do Espírito Santo.

Vale destacar que o número inaugural dos diários oficiais brasileiros, ainda no tempo do Império, abria com um texto assinado pela Redação, que ressaltava a conveniência de se reunir em uma mesma folha o expediente e os documentos de interesse para a administração pública e a política. Nesse caso, a informação era caracterizada como condição da eficiência administrativa.

Diante dos desafios da atualidade, resta promover a integração dos diários oficiais no movimento de promoção da transparência ativa do governo, que se caracteriza pela divulgação de informações públicas por iniciativa do governo como prestação de serviço, sem necessidade de solicitação do cidadão, através de canais oficiais acessíveis ao público, o que é perfeitamente possível na era da internet. Trata-se de promover a abertura do estado ao controle de cidadãos e cidadãs, favorecendo uma gestão pública comprometida com a democracia e o fortalecimento da cidadania. Seguramente, a transparência ativa do estado depende de boas práticas de gestão documental e do pleno funcionamento dos arquivos públicos, o que conduz a rever os sentidos do patrimônio documental na atualidade como recursos de valorização da democracia pelo direito de acesso à informação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIMA, Rui. A criação do Diário Oficial. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1978.

MENEZES, Lená Medeiros de; GONÇALVES, Márcia de Almeida. Do Diário Oficial do Império do Brasil e Diário Oficial da União ao e-Diário Oficial: conjunturas e sentidos (1862-2019). População e Socie-

dade (CEPESE). Porto: vol. 32, pp. 51-64, dez. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História (PUC-SP). São Paulo: n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

II

Certo é que os diários oficiais constituídos como manifestação de poder, caracterizados como instrumento da eficiência administrativa, tornaram-se o primeiro instrumento de estado de transparência pública, ganhando importância na era do controle dos resultados e qualidade dos serviços públicos.

Confira as
produções do
autor



Da gráfica ao digital: a revolução da Imprensa Oficial do Espírito Santo

Ao longo de 135 anos, o Diário Oficial do Espírito Santo acompanhou de perto a história do Estado, testemunhando mudanças políticas, administrativas e sociais. E, nos últimos anos, a própria Imprensa Oficial — responsável pela publicação do DOE — passou por uma transformação profunda, que reflete o espírito do tempo: sair do papel e abraçar o digital, reafirmando sua missão de preservar a memória pública capixaba.

Durante décadas, a sede da autarquia funcionou em um prédio amplo e tradicional na Avenida Beira Mar, em Vitória. Ali, um parque gráfico operava a todo vapor, com impressoras e operadores garantindo que, todos os dias úteis, o Diário Oficial chegasse às mãos dos leitores. O espaço também abrigava a produção de diversos materiais institucionais do Governo do Estado. Mas os tempos mudaram — e a Imprensa Oficial mudou junto.

No dia 31 de julho de 2017, circulou a última edição impressa do Diário Oficial. A partir de então, todas as publicações passaram a ser feitas exclusivamente em formato digital. A decisão marcou o fim de uma era, mas também o início de uma nova fase, mais moderna, ágil e sustentável. Para garantir segurança e autenticidade às edições, a autarquia passou a utilizar assinatura digital, além de investir em servidores tecnológicos para armazenar os arquivos e assegurar sua preservação a longo prazo. Com a extinção do parque gráfico, a estrutura da Imprensa Oficial foi redimensionada. Em 2020, a equipe passou a atuar em uma sala comercial na Reta da Penha, na Praia do Canto, em Vitória. Era um espaço menor, mas a missão continuava grande: manter o Diário Oficial no ar, todos os dias, com eficiência e transparência.

A mudança não representou retrocesso. Pelo contrário: a Imprensa Oficial soube se adaptar, reafirmando seu papel como veículo oficial de comunicação do Estado. A transição para o digital trouxe mais velocidade à divulgação de atos administrativos e garantiu maior acessibilidade às informações públicas.

E, em 2024, uma nova conquista veio coroar esse processo de transformação. A autarquia ganhou uma nova sede, próxima à antiga localização na Avenida Beira Mar. O novo prédio não apenas devolveu à Imprensa Oficial um espaço físico à altura de sua importância histórica, como também abriu caminho para um projeto inovador: a criação de um museu moderno e interativo, voltado à preservação do acervo documental e da história da imprensa capixaba. O espaço promete ser um ponto de encontro entre passado e futuro — um ambiente onde tecnologia e memória caminham lado a lado, reforçando o compromisso da Imprensa Oficial com a transparência, a cidadania e a cultura.



Aos 135 anos, o Diário Oficial segue firme como testemunha da vida pública do Espírito Santo. Agora, com uma estrutura ainda mais preparada para enfrentar os desafios do presente — e do que ainda está por vir.

- Sandra Shirley de Almeida /
Diretora-geral da Imprensa
Oficial do Espírito Santo

Confira as
nossas redes



135

A N O S

Diário Oficial do Espírito Santo



Ao longo de 135 anos, o Diário Oficial do Espírito Santo acompanhou de perto a história do Estado, testemunhando mudanças políticas, administrativas e sociais. E, nos últimos anos, a própria Imprensa Oficial – responsável pela publicação do DOE – passou por uma transformação profunda, que reflete o espírito do tempo: sair do papel e abraçar o digital, reafirmando sua missão de preservar a memória pública capixaba.

DOE

Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo

www.dio.es.gov.br

